

ÍNDICE

PREFÁCIO – PAULA A. FORGIONI	13
PARTE I	
UMA TEORIA JURÍDICA PARA AS	
POLÍTICAS PÚBLICAS	
1. INTRODUÇÃO	21
2. DIREITO DA CONCORRÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA: MAS QUE POLÍTICA?	27
2.1. Mercados e eficiência econômica	28
2.2. O conteúdo moral do conceito de eficiência: maximização de bem-estar	32
2.2.1 Abordagem econômica do direito (<i>law and economics</i>) e o critério de Kaldor-Hicks	37
2.2.2. <i>Law and economics</i> como resposta ao formalismo jurídico	45
2.3. Algumas das críticas à abordagem welfarista	48
2.3.1. O conceito de racionalidade econômica e suas limitações .	49
2.3.2. O papel dos valores	55
2.4. Eficiência <i>versus</i> justiça de uma perspectiva welfarista: ética consequencialista <i>versus</i> ética deontológica	59
2.5. É possível conciliar a natureza da atividade jurisdicional e uma abordagem welfarista?	65
2.6. Direito como aplicação de políticas públicas: welfarismo em um mundo imperfeito	69
2.7. Conclusões: adotando a perspectiva welfarista	74
2.8. Os diferentes candidatos ao protagonismo da política antitruste analisados da perspectiva welfarista	76
2.8.1. Eficiência econômica e suas propriedades	77
2.8.1.1 Do bem-estar agregado ao bem-estar do consumidor puro	80
2.8.1.2. Estruturalitas, Chicago e Pós-Chicago	85
2.8.2. Política antitruste como instrumento de fomento à produtividade: a questão das eficiências dinâmicas	98
2.8.2.1. A tradição schumpeteriana	99
2.8.2.2. Eficiência dinâmica e bem-estar	101
2.8.2.3. Produtividade como objetivo da política antitruste e o modelo das cinco forças	106
2.8.2.4. Antitruste como instrumento de implementação de política industrial	111
2.8.2.5. Uma digressão sobre as tradições européia e americana: os perigos da compreensão da concorrência como fim e não como instrumento	123
2.8.2.6. Síntese e conclusão: Política antitruste – para além dos triângulos e retângulos	131

PARTE II
UMA INTRODUÇÃO AO TRATAMENTO
DO PODER DE COMPRA

3. PODER DE COMPRA E OS DESAFIOS PARA A POLÍTICA ANTI-TRUSTE	139
3.1. Incoerência no tratamento atual do poder de compra: os advogados reabilitam Galbraith?	139
3.2. Poder de compra e a tese do poder compensatório: problemas para a política antitruste	145
3.2.1. O HHI não capta o poder econômico dos compradores intermediários	146
3.2.2. ‘Power buyers’ e a busca pelo poder de barganha coletiva: <i>joint ventures</i> , associações e cooperativas	149
3.3. A tese do poder compensatório: uma primeira análise econômica.	156
3.4. O que diz a literatura empírica sobre a tese do poder compensatório? Uma breve resenha	165
3.4.1. Concentração da demanda e <i>performance</i> dos ofertantes: o que acontece com as margens da indústria?	167
3.4.2. Experimentos	171
3.4.3. Abuso do poder de compra	173
3.4.3.1. Abuso de poder de compra na tradição europeia e o conceito de dependência econômica	173
3.4.3.2. Abuso de poder de compra na tradição americana.	175
3.4.3.3. Cartéis de compra e o <i>Sherman Act</i>	178
3.4.3.4. Abuso de poder de compra no direito antitruste brasileiro	180

PARTE III
O PODER DE COMPRA EM CONCRETO

4. O PODER DE COMPRA DAS GRANDES CADEIAS DE DISTRIBUIÇÃO: O CASO DO VAREJO ALIMENTAR	187
4.1. A tendência à concentração no varejo alimentar: uma introdução ...	188
4.2. O efeito das mudanças no varejo alimentar sobre margens e preços: evidências empíricas e estudos de caso	192
4.2.1. Nos EUA	192
4.2.2. Na Europa	193
4.2.2.1. A experiência francesa	194
4.2.2.2. A experiência alemã	200
4.2.2.3. A experiência espanhola	203
4.2.2.4. A experiência do Reino Unido	205
4.2.3. A experiência no Brasil: concentração e problemas de definição de mercado relevante na dimensão geográfica	210
4.2.3.1. O crescimento das grandes cadeias não excluiu a participação de varejistas independentes e tradicionais	214

4.2.3.2. Quais os efeitos da mudança do varejo brasileiro sobre preços e margens?	216
4.3. Análise econômica do poder de compra aplicada ao varejo alimentar ..	217
4.3.1. O poder de compra das grandes cadeias varejistas altera a relação entre o fornecedor e a franja competitiva e, por consequência, os preços finais	222
4.3.2. O poder de compra das grandes cadeias varejistas altera os incentivos ao investimento em inovação por parte dos fornecedores? O argumento das eficiências dinâmicas	226
4.4. Uma avaliação do tratamento do poder de compra exercido pelas cadeias varejistas na jurisprudência antitruste	229
4.4.1. Definição dos mercados relevantes e as teorias adotadas no controle de estruturas	230
4.4.2. Controle de condutas e cláusulas abusivas praticadas pelas redes varejistas	237
4.4.2.1. Práticas ditas abusivas mais comuns: cinco categorias	238
4.4.2.2. Discriminação de preços e o custo social de proibição	238
4.4.2.3. Pagamentos por espaço em prateleira	240
4.4.2.4. Cobranças retroativas	242
4.4.2.5. Cláusulas modificativas da alocação de risco	243
4.4.2.6. Outras exigências ditas abusivas	243
4.4.3. Abuso de poder de compra e restrições verticais	244
4.4.4. Fixação dos preços de revenda	245
4.4.5. Influenciar conduta de fornecedores	245
4.5. Descontos obtidos pelos varejistas devem ser considerados eficiências na análise antitruste?	246
4.5.1. Critérios jurídicos para contabilização de eficiências	247
5. O PODER DE COMPRA EM OUTROS CONTEXTOS	251
5.1. O poder de compra nos mercados agrícolas	251
5.1.1. Controle de condutas abusivas	252
5.1.2. Controle de estruturas e o problema das esferas de influência	254
5.2. O mercado de serviços médicos e o poder de compra das operadoras de planos de saúde	255
5.2.1. Médicos e a negociação coletiva: a tese do poder compensatório aplicada aos ofertantes	260
5.2.2. Análise da negociação coletiva das profissões médicas à luz da tese do poder compensatório	263
6. CONCLUSÕES: PODER DE COMPRA E OS DESAFIOS PARA A POLÍTICA ANTITRUSTE	269
6.1. O poder de compra exige uma métrica diferente do poder de mercado tradicional?	269

6.2. O direito antitruste deve se prestar a impedir transferência de renda dos vendedores aos compradores que detenham poder de mercado? O teste da efetividade	277
6.3. Mitos e verdades acerca da defesa do poder compensatório	282
6.4. As três ramificações jurídicas da tese do poder compensatório	285
6.5. Como a jurisprudência tem lidado com o poder de compra? Um veredicto	289
BIBLIOGRAFIA	293

TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 1 – Bem-estar do Consumidor x bem-estar agregado	81
Figura 1 – Estrutura – Conduta – Desempenho	85
Figura 2 – Concorrência e inovação	100
Tabela 2 – Estruturas de Mercado	156
Gráfico 1 – Monopsônio	158
Gráfico 2 – Monopsonista – Monopolista	160
Gráfico 3 – Monopólio bilateral	162
Tabela 3 – C5 em 1993 e 1996 (%)	188
Tabela 4 – <i>Market share</i> por tipo de estabelecimento (% das vendas)	194
Tabela 5 – Participações de mercado das marcas nacionais, marcas próprias e marcas de preço baixo em supermercados e hipermercados (%)	198
Tabela 6 – <i>Market share</i> (sobre o faturamento) por tipo de estabelecimento – 1992-1997	200
Tabela 7 – <i>Market shares</i> (%) – 1993 e 1996	201
Tabela 8 – <i>Market shares</i> do comércio varejista de alimentos na Espanha, por tipo de estabelecimento (% das vendas) – 1987-1995	203
Tabela 9 – Concentração no comércio varejista de alimentos – 1993 e 1996	203
Tabela 10 – Evolução do <i>market share</i> – 1992-1997 (%)	206
Tabela 11 – <i>Market shares</i> – 1993 e 1996 (%)	206
Tabela 12 – Participação das marcas próprias para as principais cadeias varejistas – 1994-1995(%)	207
Tabela 13 – Ranking ABRAS: classificação das empresas pelo faturamento bruto – 1991 a 2003	211
Tabela 14 – Brasil – Grau de concentração do setor – 1994, 1997, 1998 e 1999 (%)	211
Tabela 15 – Brasil – Número de lojas a participação por tipo de varejo (1994-2002)	214
Figura 3 – Dupla marginalização	219
Tabela 16 – Índices de Poder de Compra para Concentração de 20% (IPC)	275